



---

## **RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

---

Autos nº 0000991-54.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 2ª Vara da comarca de Ituporanga

### **ATIVIDADE CORREICIONAL**

### **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

Número da portaria: 19/2015-CGJ

Período da correição: de 6 de julho a 4 de setembro de 2015

### **EQUIPE CORREICIONAL**

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Ituporanga

Unidade: 2ª Vara

Municípios integrantes: Ituporanga, Leoberto Leal, Atalanta, Imbuia, Petrolândia, Vidal Ramos e Chapadão do Lajeado

Juiz titular: Lenoar Bendini Madalena

Chefe de cartório: Édina Regina Becker Probst

Última correição por equipe da CGJ/SC: de 6 a 10 de agosto de 2012 – autos n. 0012117-09.2012.8.24.0600 (presencial)

Competência: Resolução n. 15/2012-TJ: "[...] Art. 2º Compete ao Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ituporanga: I - processar e julgar: a) os feitos criminais e as execuções penais (art. 93 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) os feitos relativos à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); d) as ações constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e *habeas data*); e) as ações acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e as previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991); f) as infrações penais de menor potencial ofensivo (arts. 60 e 61 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); g) as causas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. III - exercer as funções concernentes à corregedoria dos presídios (art. 93, § 1º, da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979). Parágrafo único. Os processos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "d", "e", "f" e "g", e nos incisos II e III deste artigo, atualmente em tramitação na 1ª Vara da comarca de Ituporanga, serão redistribuídos ao Juízo de Direito da 2ª Vara.

Entrância: final

Data da instalação/lei de criação: 20-1-2006 / LC 224/2002 e Resolução n. 3/2005-TJ.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		3.745
1.1.2	Processos em andamento	3.206	
1.1.3	Procedimentos em andamento	539	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		411
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Encerramento do Ato	42	
1.1.4.2	BacenJud – Bloquear Valor	1	
1.1.4.3	Concluso para Decisão Interlocutória	8	
1.1.4.4	Concluso para Despacho Saneador	4	
1.1.4.5	Concluso para Julgamento Antecipado	29	
1.1.4.6	Concluso para Sentença	15	
1.1.4.7	Concluso 1	1	
1.1.4.8	Concluso 2	2	
1.1.4.9	Cumprir Audiência	1	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.1.4.10	Ag. Encerramento do Ato	33	
1.1.4.11	Ag. Prazo	8	
1.1.4.12	Concluso para Sentença	21	
1.1.4.13	Remetidos à Delegacia de Polícia	40	
	Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.14	Ag. Encerramento do Ato	80	
1.1.4.15	Ag. Prazo	2	
1.1.4.16	Concluso para Decisão Interlocutória	13	
1.1.4.17	Concluso para Julgamento Antecipado	5	
1.1.4.18	Concluso para Sentença	2	
1.1.4.19	Concluso 5	10	
	Execução Penal - Processo		
1.1.4.20	Ag. Prazo	2	
1.1.4.21	Livramento Condicional	14	
1.1.4.22	Prestações/Pecuniária	8	
1.1.4.23	Prisão Domiciliar	1	
1.1.4.24	Regime Aberto	3	
1.1.4.25	Sursis	9	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.26	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.1.4.27	Ag. Prazo	4	
1.1.4.28	Ag. Representação	7	
1.1.4.29	Remetidos à Delegacia de Polícia	9	
1.1.4.30	Transação Penal	34	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	162	27



1.1.6	Observações
<p>a) Informações obtidas em 20-10-2015.</p> <p>b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 19-5-2014.</p> <p>c) Realizou-se amostragem nas seguintes filas de trabalho:</p> <p>c.1) Subfluxo Cível – Genérico – Processo – Fila "Arquivado Definitivamente": nos 5 processos analisados (0000031-57.2009, 0000173-86.1994, 0001177-94.2013, 0002658-29.2012 e 0003693-24.2012) há decisão determinando o arquivamento.</p> <p>c.2) Subfluxo Cível – Genérico – Processo – Fila "Suspenso (art. 366 do CPP)": nos 5 processos analisados (0000561-27.2010, 0001676-49.2011, 0002420-73.2013, 0003635-21.2012 e 0005400-37.2006) há decisão determinando a suspensão.</p> <p>c.3) Subfluxo Cível – Genérico – Processo – Fila "Suspensão (art. 89, Lei 9.099/95)": nos 5 processos analisados (0000538-08.2015, 0001522-60.2013, 0003093-66.2013, 0016718-36.2013 e 0017723-93.2014) há decisão determinando a suspensão.</p> <p>c.4) Subfluxo Execução Fiscal – Processos – Fila "Ag. Encerramento do Ato": nos 5 processos analisados ( 0003147-37.2010, 0002905-15.2009, 0300868-29.2015, 0000289-87.19997 e 0301423-80.2014) não foram encontradas irregularidades.</p> <p>c.5) Subfluxo Execução Fiscal – Processos – Fila "Suspensão – Parcelamento do débito": nos 5 processos analisados (0000572-56.2010, 0001361-16.2014, 0002158-26.2013, 0003450-17.2011 e 0301413-36.2014) há decisão determinando a suspensão.</p>	



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.776
1.2.2	Processos em andamento	3.200
1.2.3	Procedimentos em andamento	576
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	169
1.2.5	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	295
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	24 0
1.2.8	Distribuição	
1.2.9	Juízes (Alessandra Mayra da Silva de Oliveira e Lenoar Bendini Madalena)	129 25
1.2.10	Ministério Público	9 5
1.2.11	Assistente Social	2 0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.12	Advogado	41 7
1.2.13	Central de Plantão Policial	
1.2.14	Delegacia de Polícia de Ituporanga	9 6
1.2.15	Divisão de Investigação Criminal	6 1
1.2.16	Procuradorias	75 9
1.2.17	Observações	

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.18	Quantidade total de processos com o juiz	466	129	595

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.19	Janeiro a dezembro de 2013	2.796	233
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2014	2.752	230
1.2.21	Janeiro a setembro de 2015	2.007	223
1.2.22	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	5	3
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		1	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		0	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		1	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		2	0
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		1	0
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		0	0
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	141	26
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 29-6-2015. b) Segunda verificação em 19-10-2015. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	22	4	13	2
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	10	8	7	0
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	3	1	2	1
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	10	4	6	5
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	4	1	0	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	19	8	10	8
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	25	6	38	2
1.3.11.8	Cartório - arquivar	25	1	7	0
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	2	2	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	2	1	0	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	7	0	2	0
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	2	2	0	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	5	0	7	2
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	66	16	58	28
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	2	0	0	0
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	1	0	1	1
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	2	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	0	0	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 30-6-2015.				
	b) Segunda verificação em 19-10-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				





#### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	192	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		1.569	6
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		413	4
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		263	9
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		2	0
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	-	13
		Definitivo		63	56
1.4.7.1	Réu preso - total		63	69	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-5-015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.247	396
	Petição intermediária		88	34
	Peticionamento eletrônico		45	0
	Mandados		2	1
	AR		83	0
	Execução de sentença		1	0
	Incidente processual		0	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		308	224
	Pauta de audiências		1	0
	Carga		95	11
	Cartas recebidas		22	0
	Processo		115	0
	Recurso		0	0
	Usuário		487	126
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		406	370
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		6	7
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		93	79
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 30-6-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 406 processos, 359 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 47 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 19-10-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 370 processos, 353 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 17 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	52	3
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		178	148
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		10	7
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		2	1
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		69	59
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 30-6-2015. a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de maio de 2015, extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 19-10-2015. b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria ( <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a> ). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Prejudicado	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 1º-7-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Suspensa a obrigatoriedade de alimentação dos dados do sistema pelo Ofício-Circular nº 25/CNJ/COR/2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 200 registros de processos e 444 registros de bens no sistema. Em consulta a 20 processo do SAJ, verificou-se que 11 não tinham seus bens cadastrados no SNBA (0016937-49.2014, 0016932-27.2004, 0016667-25.2014, 0016297-46.2014, [REDACTED], 0003104-03.2010, 0002699-30.2011, 0000603-37.2014, 0000296-83.2014, 0000200-34.2015 e [REDACTED])</p> <p>a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações) : corretamente alimentado.</p> <p>a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 19-10-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 9-6-2015.</p> <p>a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 332 registros de processos e 877 registros de bens no sistema. Em consulta aos 11 processos cujos bens não</p>		



havia sido cadastrados no SNBA na primeira verificação, constatou-se que 2 permanecem com bens não cadastrados no referido sistema (0002699-30.2011 e 0000200-34.2005).

a.3) Item 1.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): corretamente alimentado.

a.4) Item 1.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

a.5) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspenso", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 09 de novembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza  
Analista Jurídico - M14829